

MULHERES INDÍGENAS E JUSTIÇA CLIMÁTICA:

GUARDIÃS DA TERRA' DO CLIMA E DO FUTURO



ANMIGA

A Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) é uma grande articulação de Mulheres Indígenas de todos biomas do Brasil, com saberes, com tradições, e lutas que uniu mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos nossos Povos.

Nós somos o resultado da força das nossas ancestrais. Nós, mulheres indígenas, sempre estivemos presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território, seja a níveis nacional e internacional.

A ANMIGA se organiza a partir de um modelo próprio de governança coletiva, que reflete os modos de organização dos povos indígenas e fortalece a atuação em rede em todo o país. Essa estrutura é composta por quatro núcleos interligados:

- Mulheres Terra: lideranças nacionais, guardiãs de saberes ancestrais e responsáveis pela articulação política estratégica da rede;
- Mulheres Biomas: representação territorial que assegura a presença e atuação da ANMIGA nos sete biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Pampa e Marinho Costeiro);
- Mulheres Sementes: jovens lideranças indígenas em formação política, responsáveis pela continuidade e renovação da luta;
- Mulheres Raízes: anciãs e lideranças espirituais que orientam a rede a partir dos saberes tradicionais, da ancestralidade e da espiritualidade.



Desde 2024, a ANMIGA se organiza em três coordenações estratégicas: Coordenação de Articulação Política (CAP), Coordenação de Promoção de Direitos de Mulheres e Meninas Indígenas (CPDMMI), e a Coordenação do Bem Viver (CBV).

A coordenação do Bem Viver atua na promoção, valorização e fortalecimento do protagonismo das mulheres e meninas indígenas na agenda de Justiça Climática, por meio de ações de articulação, formação e incidência política. Nosso trabalho busca ampliar a participação das mulheres indígenas nos espaços de debate, construção e tomada de decisões relacionadas à gestão territorial e ambiental, ao financiamento direto, à bioeconomia, à segurança e soberania alimentar, e à valorização dos saberes ancestrais, contribuindo para preservação dos territórios e para o fortalecimento do Bem viver dos povos indígenas.

Nossa atuação reafirma que a proteção dos territórios indígenas, e o reconhecimento e a garantia dos direitos dos povos indígenas, especialmente dos povos em isolamento voluntário e de recente contato, assim como a promoção e defesa dos direitos das Mulheres e Meninas Indígenas, são fundamentais para o enfrentamento da crise climática, a proteção da biodiversidade e a construção de futuros sustentáveis, justos e baseados nos princípios do Bem Viver.



O Bem Viver: Um Caminho para Reflexão

Antes de falarmos sobre clima, território e justiça climática, convidamos você a fazer uma pausa e refletir.

Para muitas mulheres indígenas, viver bem não significa acumular bens ou riquezas. O Bem Viver está relacionado à proteção dos territórios, à possibilidade de plantar, colher, pescar e cuidar da família. Significa ter acesso à saúde, segurança, alimentação adequada, água limpa e à floresta em pé. Também envolve manter vivas as tradições, os conhecimentos ancestrais, as línguas indígenas, a espiritualidade e a relação de respeito, cuidado e reciprocidade com a natureza.

Ao mesmo tempo, sabemos que não existe uma única forma de compreender o Bem Viver. Cada povo, cada território e cada mulher indígena possui suas próprias experiências, saberes e formas de viver e cuidar da vida. Por isso, antes de conhecer os conceitos e temas apresentados nesta cartilha, queremos ouvir você e refletir sobre o que o Bem Viver significa em sua realidade, em seu território e em sua comunidade.



Vamos refletir?

Quando você se sente verdadeiramente bem em sua comunidade?

O que não pode faltar para que sua família e seu povo vivam bem?

Quais ensinamentos você recebeu de suas mães, avós, tias ou anciãs sobre cuidar da vida e da natureza?

O que ameaça o Bem Viver das mulheres indígenas hoje?

O que precisa ser fortalecido para garantir o Bem Viver das futuras gerações?

O que é Justiça Climática pra você? E como a Justiça Climática pode mudar a realidade do seu território?

Ao longo desta cartilha, falaremos sobre justiça climática, mudanças climáticas e os desafios enfrentados pelos povos indígenas. Mas é importante lembrar que nenhuma dessas discussões faz sentido sem considerar aquilo que cada povo entende como uma vida digna, equilibrada e plena. O Bem Viver nasce da relação entre as pessoas, a comunidade, a natureza, a cultura, a espiritualidade e o território.

Participem da nossa pesquisa online “O Bem Viver das Mulheres Indígenas e Justiça Climática.”



Justiça Climática, Justiça Ambiental e o Bem Viver das Mulheres Indígenas

As mudanças climáticas têm provocado impactos cada vez mais visíveis em todo o mundo. O aumento das temperaturas, as secas prolongadas, as enchentes, os incêndios florestais e a perda da biodiversidade afetam a vida de milhões de pessoas. No entanto, esses impactos não atingem todas as populações da mesma forma.

Mas o que diferencia a Justiça Climática da Justiça Ambiental?

O conceito de “justiça ambiental” vem sendo trabalhado no Brasil desde a década de 1980, combatendo a noção de que os impactos ambientais afetam todas as populações de maneira igual. Assim, se há uma luta por justiça ambiental é porque na realidade social existem situações de “desigualdade ambiental”, que ocorre quando os benefícios do desenvolvimento econômico são apropriados por poucos, enquanto os riscos ambientais são transferidos para os grupos social e politicamente mais vulnerabilizados. Essa desigualdade se enquadra como racismo ambiental quando afeta especialmente populações negras e indígenas, ou seja, no caso de ações que tenham impacto “racial”.

Assim, a luta por justiça ambiental objetiva assegurar o acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país. Quando falamos do debate sobre “justiça ambiental”, estamos buscando articular as lutas ambientais e as lutas sociais, reivindicando que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional dos riscos ambientais, como os riscos gerados pela poluição, pelo uso de agrotóxicos, pela degradação do solo, por impactos causados por empreendimentos, pela alocação de resíduos, entre outros.

O conceito de justiça climática se desenvolve a partir das reflexões sobre justiça ambiental e está diretamente relacionado às questões ambientais, sociais, econômicas e culturais da crise climática. Ao abordar esse tema, buscamos compreender e reconhecer que os impactos e as opressões geradas pelas mudanças climáticas provocadas principalmente pelas ações humanas – não afetam todas as pessoas da mesma forma. Esses impactos e as desigualdades associadas à crise climática atingem diferentes grupos sociais de forma com intensidade distintas, aprofundando situações de vulnerabilidade já existentes e exigindo respostas que considerem as especificidades e os direitos de cada população.

Diante desse cenário, é importante considerarmos que nós, os povos indígenas, estamos entre aqueles que menos contribuíram para a crise climática, no entanto somos e seremos fortemente impactados pelas suas consequências, considerando a relação direta do nosso modo de vida com os nossos territórios tradicionais.

Por outro lado, os países e as camadas sociais privilegiadas, que são os que mais agiram e se beneficiaram ao afetar o equilíbrio do planeta, têm mais e melhores meios para se proteger das graves consequências e desastres que já estão ocorrendo, como secas, enchentes, aumento da temperatura, os quais podemos melhor denominar como “desastres socioambientais”. Em eventos extremos, mulheres e meninas indígenas ficam muito mais vulneráveis, por exemplo quando são acolhidas em abrigos em que há casos de violência sexual.

Para os povos indígenas, falar de justiça climática significa também falar de território, cultura, ancestralidade e direitos. Afinal, não há proteção do clima sem a proteção dos povos que historicamente cuidam das florestas, dos rios, das sementes e da biodiversidade.

Mulheres Indígenas e a Gestão Territorial: Ações Climáticas e as soluções nos territórios

Os territórios indígenas são muito mais do que espaços físicos. Eles guardam histórias, conhecimentos, culturas, espiritualidades e modos de vida construídos ao longo de gerações.

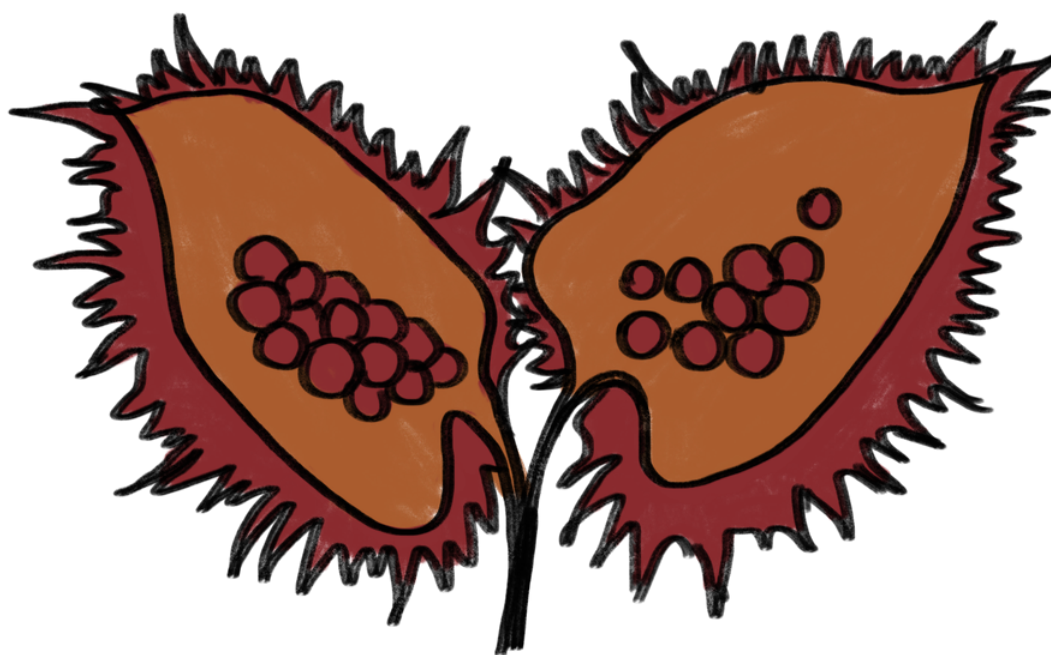
Nesse contexto, os instrumentos de gestão territorial, como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), os Etnomapeamentos e Etnozoneamentos, os diagnósticos comunitários, os protocolos de consulta e outras ferramentas de planejamento, têm um papel fundamental. Eles ajudam as comunidades a identificar seus desafios, fortalecer sua autonomia e construir estratégias para proteger seus territórios diante das ameaças ambientais, econômicas e climáticas.

Mas para que esses instrumentos representem verdadeiramente a realidade dos povos indígenas, é essencial garantir a participação efetiva das mulheres indígenas, pois elas possuem conhecimentos profundos sobre os territórios, e muitas vezes, já estão se moldando às mudanças observadas no clima e os impactos que afetam diretamente a alimentação, a saúde e o bem-estar das famílias.

Nesse contexto de crise climática e ações necessárias para conviver, se adaptar e combater os efeitos desse desequilíbrio, abordamos os Planos de Adaptação como ferramenta importante nesse cenário.



Os Planos de Adaptação reconhecem que as respostas à emergência climática devem ser conduzidas pelos próprios povos indígenas, valorizando seus conhecimentos, suas formas de organização e sua autonomia. Essa visão rejeita a ideia de uma "adaptação passiva", que obriga as comunidades a abandonarem seus territórios, seus modos de vida e a dependerem exclusivamente de soluções externas. Ao contrário, a adaptação climática indígena está fundamentada na ciência ancestral, na proteção dos territórios e no fortalecimento das capacidades locais para enfrentar os impactos da crise climática. Considerando as características ambientais, culturais e sociais de cada região do país, a estratégia propõe a elaboração e implementação de Planos Indígenas de Adaptação específicos para cada bioma brasileiro, respeitando as diferentes realidades e necessidades dos povos que neles vivem.





CONTATOS ANMIGA:
anmiga.org@gmail.com
Coordenação do Bem Viver:
cbemviver.anmiga@gmail.com
Redes sociais: @anmigaorg

Produção: Coordenação do Bem Viver ANMIGA
Ilustração e Design: Jaguatirika



Articulação
Nacional das
Mulheres
Indígenas
Guerreiras da
Ancestralidade